

UTOPIAS URBANO-NATURAIS EM TEMPOS DIFÍCEIS

URBAN-NATURAL UTOPIAS IN CHALLENGING TIMES

UTOPIAS URBANO-NATURALES EN TIEMPOS DIFÍCILES

RESUMO

A questão da natureza na cidade emerge como essencial na luta pelo direito à cidade, com o aparecimento de diversas iniciativas alternativas, aparentemente transformadoras, que apontam para outra relação sociedade-natureza, para a utopia de um urbano-natural e, talvez, para outro cotidiano. Isto posto, questiona-se a possibilidade de se falar em utopias e da virtualidade da utopia de um urbano-natural, frente ao cenário distópico contemporâneo. A partir da compreensão de que outra relação urbano-natureza, em um horizonte transformador, demanda outras práticas espaciais e a (des)(re)construção do cotidiano, a reflexão debruça-se sobre um leque de iniciativas alternativas de esverdeamento urbano. Apesar de suas intenções compartilhadas, essas intervenções possuem agendas dissonantes. Logo, é feito um esforço de diferenciação, com base em seu caráter, grau de sanção e pelo potencial de seus resultados beneficiarem efetivamente grupos sociais vulneráveis ao abrigo da gentrificação e dos interesses hegemônicos. Distinguem-se dentre essas ações, as práticas reformistas do urbanismo tático, de iniciativas transformadoras de diferentes interações com a natureza, por parte de comunidades, de grupos sociais vulneráveis, de movimentos sociais, entre outros, com ou sem suporte do poder público, a que se somam ações do urbanismo de guerrilha, que apontam para o florescimento de outras práticas espaciais e outro cotidiano. Ao final, são consideradas algumas formas de garantir aos grupos sociais vulneráveis o acesso e interação com a natureza no cotidiano, na perspectiva de construção de outra sociedade, com base em outras práticas espaciais, tendo por horizonte a virtualidade da utopia de um urbano-natural.

Palavras-chave: cidade; urbano; natureza; cotidiano; urbano-natural.

ABSTRACT

The issue of nature in the city appears as essential in the struggle for the right to the city, with the emergence of various alternative initiatives, apparently transformative, that point to a different relationship between society and nature, to the utopia of an urban-natural and, perhaps, to a different daily life. Thus, it is worth asking whether it is possible to speak of utopias and the virtuality of the utopia of an urban-natural considering the contemporary dystopian scenery. Understanding that another urban-nature relationship in a transformative horizon demands other spatial practices and the (de)construction of everyday life, this essay examines a series of urban greening alternative initiatives. Despite their shared intentions, these interventions have dissonant agendas. Therefore, an effort is made to differentiate them according to their character, degree of sanction, and their potential outcomes to effectively benefit vulnerable social groups sheltered from gentrification and hegemonic interests. A distinction is made between the reformist practices of tactical urbanism and the transformative initiatives of different interactions with nature conducted by communities of vulnerable social groups and social movements, among others, with or without the support of public authorities, in addition to actions of guerrilla urbanism, pointing to the flourishing of other spatial practices and other daily life. Finally, some ways of guaranteeing vulnerable social groups access to nature and interaction with it in daily life are considered, with a view to the construction of another society based on other spatial practices, with the virtual utopia of an urban-natural as a horizon.

Keywords: city, urban, nature, daily life; urban-natural.

 Ester Limonad^a

^a Universidade Federal Fluminense (UFF)
Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87725

Correspondência:
ester_limonad@yahoo.com

Recebido em: 27 mar. 2024

Revisado em: 19 jul. 2024

Aceito em: 13 out. 2024



RESUMEN

La cuestión de la naturaleza en la ciudad se ha revelado como esencial en la lucha por el derecho a la ciudad, con la aparición de diversas iniciativas alternativas, aparentemente transformadoras, que apuntan a una relación diferente entre la sociedad y la naturaleza, a la utopía de un urbano-natural y, tal vez, a una vida cotidiana diferente. Dicho esto, surge la pregunta de si es posible hablar de utopías y de la virtualidad de la utopía de un urbano-natural, dado el escenario distópico contemporáneo. Entendiendo que otra relación urbano-naturaleza en un horizonte transformador exige otras prácticas espaciales y la (de)(re)construcción de la vida cotidiana, esta reflexión examina una serie de iniciativas alternativas de reverdecimiento urbano. A pesar de sus intenciones compartidas, estas intervenciones tienen agendas disonantes. Por ello, se hace un esfuerzo por diferenciarlas en función de su carácter, grado de sanción y potencial para que sus resultados beneficien efectivamente a los grupos sociales vulnerables al abrigo de la gentrificación y de los intereses hegemónicos. Son diferenciadas entre estas acciones, las prácticas reformistas del urbanismo táctico, las iniciativas transformadoras de diferentes interacciones con la naturaleza, por parte de comunidades de grupos sociales vulnerables, movimientos sociales, entre otros, con o sin el apoyo de las autoridades públicas, a las que se suman acciones del urbanismo de guerrilla, que apuntan al florecimiento de otras prácticas espaciales y de otra vida cotidiana. Por último, se consideran algunas formas de garantizar a los grupos sociales vulnerables el acceso a la naturaleza y la interacción con ella en la vida cotidiana, con vistas a la construcción de otra sociedad, basada en otras prácticas espaciales, con la utopía virtual de un urbano-natural como horizonte.

Palabras-clave: ciudad; urbano; naturaleza; cotidiano; urbano-natural.



INTRODUÇÃO

De início, gostaria de saudar a organização do evento pela retomada do Simpósio de Geocrítica, realizado pela última vez, presencialmente, em 2018, em Barcelona. Esperemos que isso volte a se repetir. Cabe recordar aqueles que não se encontram aqui conosco, mas que são responsáveis pela existência desse evento e que animaram o evento de 2018, a começar por Horacio Capel, Mercedes Tatjer e muitos outros, bem como Carles Carreras, que precocemente nos deixou. Esse ensaio busca sistematizar e articular algumas inquietações que orientaram nossa reflexão durante esse interregno. (LIMONAD, 2016, 2020, 2021, 2022, 2024a, 2024b; LIMONAD, MONTE-MÓR, 2022; MONTE-MÓR; LIMONAD, 2023, entre outras), tendo por base contribuições pretéritas de diversos colegas aos colóquios de Geocrítica.

Em maio de 2018, não tínhamos ideia dos tempos difíceis que atravessaríamos e com os quais ora nos defrontamos. A crise climática e o aquecimento global, hoje presentes e cataclísmicos, apenas se faziam anunciar, então, aqui e ali. Haja vista as catástrofes climáticas recentes nesse outono de 2024, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em que milhares viram suas casas serem destruídas pela força das águas. Então, o avanço internacional, em escala global, da extrema-direita apenas se esboçava. No Brasil, muitos sequer tinham ideia do período obscuro e de retrocessos que atravessariam, e do qual ainda estamos a nos recuperar (LIMONAD, 2019, 2024a). E, que desde 2023 atinge a Argentina, entre outros países. Esse interregno de 2018 a 2022 evidenciou, a duras penas, a fragilidade das conquistas democráticas de lutas de trabalhadores, em especial no Brasil, onde diversas leis foram celeremente enterradas por um Congresso comprometido e dominado por uma bancada denominada de BBB (Bíblia, Boi e Bala¹), que desregulou o trabalho, a proteção ambiental e desconstruiu a educação em todos os níveis, entre outras coisas.

Em nome da trindade Família, Pátria e Deus acima de tudo, as igrejas messiânicas e as hostes fascistas disseminaram o obscurantismo e o ódio, através da disseminação de desinformações (*Fake News*) nas redes sociais. Ainda estamos a catar os cacos dessa empreitada reacionária iniciada com o impedimento da Presidente eleita Dilma Rousseff, em 2016. A tentar entender e dimensionar o que fazer e o que cabe ser feito para avançar, tendo em mente que, infelizmente, não acabou. Agora, a extrema direita busca se apresentar como moderada, centrista e libertária, não só aqui, mas a nível mundial, assim como na primeira metade do século XX. A luta continua.

Tampouco se imaginava, ainda em 2016, que após a loucura do ISIS, da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, do Brexit, mais ainda estava por vir. Estourou a guerra na Ucrânia, às portas da União Europeia, em fevereiro de 2022. Esse evento desconstruiu a paz aparente, que após mil anos de

¹ O termo soe ser utilizado para designar a articulação das bancadas das igrejas evangélicas (Bíblia) com o agronegócio (Boi) e os defensores do armamento civil (Bala).



guerra a Europa apenas começava a experimentar. Lugares insuspeitos, quase perdidos no mapa, passaram a ser mencionados diariamente no noticiário internacional, atacados e bombardeados pelo exército da Rússia.

Não bastasse isso, além dos conflitos territoriais, das guerras civis, das outras guerras localizadas em curso, mundo afora, em 7 de outubro de 2023, pela ação terrorista do Hamas, que trucidou mais de 1200 pessoas, somada à resposta exagerada e exacerbada do governo fascista de Benjamin Netanyahu, nos defrontamos agora com o massacre brutal dos palestinos na Faixa de Gaza, em um conflito onde já morreram mais de 42.000 pessoas, com a destruição e erradicação de Gaza e de outras cidades palestinas, com o deslocamento de milhões tornados refugiados em condições infames, sem casa, sem comida, sem abrigo, sem poderem retornar a seus lares.

Mesmo nesse contexto, a *Pax* Europeia e o sonho americano, emergem como bolhas paradisíacas, como um Éden de possibilidades de felicidade para milhões, que, deslumbrados pela esperança de uma vida melhor, migram em massa e abandonam seus lares nos países da América Latina, da Ásia e da África, em perigosas travessias por desertos e mares, sem que muitos consigam alcançar vivos seu almejado destino. Enquanto isso, em outros países como o Brasil, México, Colômbia, El Salvador, entre inúmeros outros, os conflitos no cotidiano das grandes cidades e a violência policial, das milícias, do narcotráfico fazem tantas ou mais vítimas do que a guerra da Ucrânia.

Não bastassem esses acontecimentos, o advento da pandemia de COVID-19 matou milhares, superando em termos absolutos o impacto mundial da Influenza nos anos 1920. Só no Brasil, de acordo com as estatísticas oficiais, teriam sido ao redor de 700 mil mortos de COVID-19, além dos mortos da SARS (Síndrome Aguda Respiratória Grave), dos não diagnosticados e dos enterros clandestinos nos morros.

Então, como refletir, como falar em utopias urbano-naturais em um cenário tão distópico, com milhões de mortos, de deslocados e de refugiados em condições inumanas?

A ideia da utopia atravessa desde sempre os Colóquios Internacionais de Geocrítica, com a perspectiva de procurar soluções humanas, equitativas e democráticas. A utopia concreta racional com os pés no chão de Ernst Bloch (2004) é o que nos move, é a possibilidade da *práxis*, da *poesis*, da transformação social, através da emergência, da construção de outras práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991), que possibilitem, ainda que, em pequenos passos no cotidiano (LIMONAD, 2016), a produção lenta de um outro espaço, um espaço diferencial.

Mas falar de utopias, de propostas de práticas alternativas, no contexto presente, demanda buscar outra relação sociedade-natureza, entre outras questões prementes, igualmente relevantes, relativas à colonialidade, à interculturalidade, à raça, ao gênero, à segregação e às desigualdades socioespaciais, entre outras. Logo, a reflexão desenvolvida aqui está circunscrita a tentativas e iniciativas de esverdeamento das



idades e experiências alternativas que apontam para uma outra relação sociedade e natureza, e por conseguinte, quiçá para um outro cotidiano. Posto que, outra sociedade e um outro espaço equânime somente serão possíveis mediante outras práticas espaciais e a (des) (re)construção do cotidiano.

A questão da natureza na cidade emerge como essencial, uma vez que nos últimos anos, no âmbito das preocupações ambientais, melhoria das condições de vida e existência dos trabalhadores, de lutas e de movimentos sociais pelo direito à cidade, por uma cidade humana e equânime, despontaram diversas iniciativas e intervenções, de distintos teores, com vistas à naturalização e esverdeamento das cidades, ou seja, de manutenção, preservação, recuperação, introdução e, mesmo, expansão de áreas verdes e corpos d'água nas áreas urbanas de diferentes cidades ao redor do mundo. Essas iniciativas podem ser entendidas como expressão de uma interrelação urbano-natural², entendida aqui em princípio como uma expressão mais complexa de uma relação urbano-natureza. No entanto, embora todas as ações e intervenções contemporâneas com preocupações ambientais se proponham a defender uma maior interação dos cidadãos com a natureza, seus efeitos são diferenciados, com resultados contraditórios e conflitantes com suas proposições gerais.

Coloca-se em pauta, então, como abordar a relação urbano-natureza em um horizonte transformador, com base na perspectiva crítica da produção social do espaço? Como tratar das possibilidades da virtualidade de um urbano-natural, enquanto utopia concreta?

Cabe esclarecer, já de início, com base em Monte-Mór e Limonad (2023), que o urbano-natural, que se persegue aqui, como virtualidade não implica nem uma fusão, nem uma síntese eficaz, mas uma convergência da cidade, do campo e da natureza) mediados pelo urbano, que se expressa através de práticas espaciais alternativas (mediações), que em diferentes graus integram o urbano, o rural e o natural, uma "virtualidade que se perfila, mas que só se realiza num caso limite; este *limite* não está se situa no infinito, e no entanto é alcançado através de avanços e pulos sucessivos. Impossível instalar-se nele e instaurá-lo como uma realidade acabada" (LEFEBVRE, 1969, p.116). A possibilidade de construção de um urbano-natural reside em se buscar erigir outra relação sociedade-natureza, pautada em alternativas transformadoras (práticas espaciais), que emergem aqui e acolá, em diferentes lugares e contextos, apontadas por diversos autores (ALMEIDA; COSTA, 2021; SILVA; MACIEL, 2021), dotadas de potencial para superar o urbano-industrial, rumo a uma sociedade equânime e um espaço diferencial, em consonância com o horizonte aberto por Lefebvre (1991) e Bloch (2004).

² Uma discussão mais aprofundada a esse respeito pode ser encontrada em Monte-Mór; Limonad, (2023) e em Limonad; Monte-Mór, (2022).



A utopia concreta é o que nos move e leva adiante (LIMONAD, 2016), uma esquerda sem um projeto utópico com os pés no chão, é uma esquerda paralisada no tempo e no espaço. Logo, para caminhar rumo a utopias concretas, é crucial imaginar alternativas emancipatórias com os pés no presente. Alternativas e ações que permitam abandonar postulados dogmáticos e ideológicos arraigados, para descolonizar o pensamento e que contribuam para alterar as diversas esferas da vida social, da reprodução da família à da sociedade e da força de trabalho e, em especial, que de-re-construam o cotidiano, com outras práticas espaciais. Assim, para avançar a reflexão na perspectiva do urbano-natural e da justiça territorial e espacial, é mister realizar um contínuo esforço fundado na teoria social crítica e na ecologia política urbana³ para identificar algumas respostas e ações alternativas com potencial de contribuir para vivências alternativas e equânimes de apropriação da natureza para a produção social da vida cotidiana no urbano.

Dentre as possíveis ações a serem investigadas na contemporaneidade, em consonância com tal perspectiva, desponta um leque diversificado de propostas e de intervenções planejadas, bem como de ações espontâneas não planejadas, de resgate da natureza e de introdução de elementos e artefatos de um espaço natural produzido (SANTOS, 1996), em busca de interação com o urbano, de outra relação sociedade e natureza, para além do espaço físico da cidade.

Cabem alguns cuidados, entretanto, pois, em tempos difíceis de crise climática e de ameaça à natureza, em que todos alardeiam querer defender a natureza, com agendas próprias e dissonantes (HARVEY, 1996), abordar e identificar práticas alternativas transformadoras dentre um conjunto heterogêneo de práticas, requer considerar que a questão da natureza e do urbano, de um urbano-natural, é controversa e complexa. Posto que a naturalização do espaço urbano aparece e serve usualmente de tábua de salvação do capitalismo. No entanto, essa naturalização do espaço urbano, ou mesmo o esverdeamento de áreas urbanas, igualmente, podem ser alternativas para o desenvolvimento de outras práticas espaciais solidárias, outras formas de produzir o espaço social (e diferencial), e outras formas de vida cotidiana com potencial e capacidade de enfrentar a acumulação capitalista.

Logo, é mister separar o joio do trigo. Para tanto, ao identificar essas práticas, cabe diferenciá-las com base em seu caráter, teor, grau de institucionalização e apropriação por parte dos setores hegemônicos. Outro desafio a considerar, em termos de uma diferenciação das intervenções e alternativas existentes, é como conseguir promover um maior contato de grupos sociais vulneráveis com a natureza e, ao mesmo tempo, garantir que estes possam usufruir dos benefícios dessas intervenções ao abrigo das pressões de tentativas de gentrificação e dos ímpetus dos capitais imobiliário e financeiro.

³ Veio de reflexão desenvolvido por Swyngedouw (1996); Heynen; Kaika; Swyngedouw (2006); Keil *et al.* (1998); Keil; Graham (1998); Desfor; Keil (2004).



Para avançar na reflexão dessas questões, primeiro se abordarão rapidamente as consequências e desdobramentos notórios de intervenções verdes em espaços urbanos e seus impactos no cotidiano social, bem como as diferentes iniciativas existentes, buscando identificar aquelas que possuem algum potencial transformador, no intuito de apresentar algumas considerações concernentes às questões levantadas até aqui.

INTERVENÇÕES VERDES, O COTIDIANO E A NATUREZA DO URBANO

Há de se ter em mente que quaisquer modificações ou intervenções, planejadas ou não, no espaço socialmente produzido, desencadeiam desdobramentos que contribuem tanto para a expansão exponencial da acumulação, bem como têm efeitos diferenciados, em termos de grau e de intensidade, na vida social no cotidiano, os quais podem afetar as condições de existência de distintos grupos sociais, em especial, de grupos desprivilegiados e vulneráveis. Logo, assim, como costuma ocorrer com outras práticas e formas de planejamento, o esverdeamento e a naturalização dos espaços urbanos, com a implantação de parques e de amplas áreas verdes com equipamentos de lazer, com o beneficiamento de espaços naturais para viabilizar a sua apropriação social e aumentar o contato social com a natureza soem converter-se, historicamente, em elemento de marketing imobiliário da produção do espaço social.

Isto ocorre desde o início das intervenções urbanísticas e de planejamento urbano. A presença e introdução de elementos da natureza no espaço urbano remonta ao final do século XVIII e início do século XIX, com a criação do English Garden, um dos maiores parques urbanos do mundo, aberto ao público na primavera de 1792, com 417 hectares, em Munique, inspirado nos parques e cemitérios ingleses. A essa iniciativa seguiram-se outras na Europa, com a transformação de reservas de caça, jardins, hortos de conventos, fortificações demolidas, entre outros, em parques urbanos abertos ao público. Entre as diversas propostas urbanísticas do século XIX, algumas tinham por preocupação explícita facilitar o contato dos trabalhadores com a natureza. Essas iniciativas europeias foram seguidas pelo movimento de parques urbanos nos Estados Unidos, liderado por Frederick Law Olmsted que, juntamente com Calvert Vaux, projetou o Central Park em Nova Iorque e o Golden Gate Park em São Francisco. Também idealizou o primeiro sistema de parques públicos nos Estados Unidos da América do Norte (CLARK, 1973), na segunda metade do século XIX, em conjunção com o movimento elitista City Beautiful (ROBINSON, 1906) do início do século XX, que se propagou mundo afora com o seu coetâneo movimento de Cidades-Jardim (HOWARD, 1902), desvirtuado de suas intenções originais de propiciar o acesso à natureza e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, desde a sua implementação inicial em Welwyn. Posteriormente, o planejamento urbano incorporou a introdução de parques públicos e áreas de lazer como vetor de mudança urbana.



Desde o seu nascedouro, propostas de introdução de elementos da natureza nas cidades foram apropriadas pelo capital imobiliário para a promoção de seus interesses, seja aquelas de caráter conservador, seja as com potencial transformador, dirigidas originalmente a melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, despidas de suas intenções revolucionárias, desvirtuadas e adaptadas aos interesses dos setores hegemônicos. Entre as quais se destacam a proposta original de cidades-jardim de Ebenezer Howard (1902) de colocar a classe trabalhadora em contato com a natureza; os princípios do plano de Tel-Aviv (1925) de Patrick Geddes (1915), com blocos de edifícios residenciais circundando jardins; e a cidade industrial de Tony Garnier (1917), organizada, de forma pioneira, por um zoneamento urbano com um extenso parque destituído de traçado, cujos caminhos seriam feitos pelos trajetos de seus frequentadores, entre outras propostas. Cabe ressaltar, esse tipo de apropriação pelo capital imobiliário não é privilégio do capitalismo, pois também ocorre em países do socialismo real como a China (CHEN et al., 2021).

Projetos de renovação e de revitalização urbana, ou mesmo de paisagismo urbano, desde os tempos do barão Haussmann em meados do século XIX, ao recuperar áreas vistas como degradadas, destroem referenciais identitários e instauram um conflito crescente entre tempo-espacos distintos, em que formas pretéritas entram em conflito com formas alternativas ou novas. Com isso, os habitantes originais e os usuários habituais perdem suas referências socioespaciais, esvaem-se a sociabilidade e a urbanidade construídas espaço-temporalmente, a partir da produção de valores de uso social, posto que os sujeitos sociais deixam de se identificar com a realidade que os cercam (LIMONAD; BARBOSA, 2017; LIMONAD, 2022).

A perda das referências identitárias e culturais permite que o cotidiano da vida urbana seja povoado por uma massificação técnica e um embotamento cultural. A crescente subsunção dos espaços urbanos às lógicas de reprodução e controle hegemônicas inviabiliza sua apropriação social enquanto valor de uso, bem como contribui para aniquilar formas pretéritas de reprodução e cancelar o futuro. Todavia, seguindo Lefebvre (1991), o cotidiano, enquanto abrigo do imaginário, é o lugar potencial da transformação social.

A superação da subsunção dos espaços de vida e trabalho, do cotidiano social ao espaço abstrato do capital, reside nos esforços de diferentes grupos e atores sociais em romper a massificação e embotamento do cotidiano, mediante o resgate e construção de outras práticas espaciais alternativas e transformadoras. Práticas que se apresentem como sementes de transformação e de produção de outras relações sociais e de outro espaço social. (LIMONAD, MONTE-MÓR, 2022; LIMONAD, 2024b). Práticas que fortaleçam a solidariedade social, outras práticas espaciais e outras relações sociais de produção, outras formas de produzir o espaço social (e diferencial), e outras formas de vida cotidiana capazes de enfrentar a acumulação capitalista, pois a produção social do espaço no cotidiano é intrínseca à vida social em todas as suas dimensões e esferas, da reprodução da família à reprodução da sociedade e da força de trabalho. Posto que a força do cotidiano se



nutre de estratégias e de subterfúgios de sobrevivência, fundados no imaginário social, dos espaços de representação de Lefebvre (1991), que ao insinuarem outros ritmos e práticas espaciais se contrapõem e subvertem muitas vezes a ordem estabelecida. Logo, é no cotidiano onde reside a possibilidade de transformação social, porque “dialeticamente, enquanto uso, o cotidiano é o campo da espontaneidade, (...). É o lugar onde está posta a possibilidade de superação das alienações que o envolvem e explicitam as lutas na cidade, pela cidade” (CARLOS, 2015, p. 10).

Para resgatar o valor de uso na vida cotidiana, em oposição à dominação geral do valor de troca, que caracteriza o espaço abstrato do capital, impõe-se buscar pensar uma outra relação sociedade-natureza, um urbano-natural, que não seria nem claramente urbano, nem totalmente natural, sua essência residiria em uma apropriação social da natureza no cotidiano, em oposição à dominação capitalista. Portanto, a superação da ruptura sociedade-natureza e a produção de urbano-natural demandam a existência de práticas espaciais alternativas, com ritmos próprios, que poderiam ser vistas como possíveis mediações com potencial para transformar e des-re-construir a vida cotidiana e para criar condições para a emergência de um outro espaço, um espaço diferencial e uma outra sociedade.

A busca de práticas espaciais alternativas que associem, articule o urbano com a natureza é imprescindível para o resgate do cotidiano e para a construção de outra sociedade equânime, onde a natureza esteja presente. Para tanto, importa buscar sinais e manifestações da natureza nas cidades para poder identificar a existência, ainda que embrionária, de práticas urbano-naturais. A modernidade ocidental impôs uma ruptura sociedade-natureza, que percola a vida social no cotidiano, com a filtragem, ou mesmo extirpação, da natureza das práticas espaciais da vida social cotidiana nas cidades. Falar de utopias hoje, portanto, demanda buscar meios de superar essa ruptura. Exige refletir sobre possibilidades de uma outra relação sociedade-natureza com práticas espaciais cotidianas alternativas.

Mas, não é como se a natureza não estivesse no espaço das cidades. Ao contrário, a natureza está e segue presente no espaço social das cidades. Seja pela presença de fauna e flora aclimatadas, aqui e ali, nas cidades e no campo, em meio ao urbano e ao rural, bem como pelos corpos d’água (rios, riachos, ribeirões, lagos, lagoas e praias, entre outros). Seja, pela existência de vida selvagem logo ali, que, excepcionalmente, se manifestou de forma episódica com o confinamento imposto pela pandemia da COVID-19, quando foram avistados macacos se divertindo em áreas de lazer de condomínios de classe média, antílopes e veados pastando em playgrounds, javalis passeando e fuçando no lixo e, de forma mais sorrateira, grandes felinos pulando muros e cercas em áreas densamente povoadas (LIMONAD, MONTE-MÓR, 2022).



Tais ocorrências são sinais da resiliência e permanência de vida natural e selvagem no espaço social da cidade e remetem à ideia de uma natureza, um espaço natural produzido (SANTOS, 1996), que persiste em meio ao espaço social, pois

a natureza como tal escapa à ascendência da ação racionalmente realizada, tanto à dominação quanto à apropriação. Mais exatamente, ela permanece fora dessas ascendências, ela 'é' aquilo que foge; é atingida através do imaginário [...] o campo é este um lugar da produção e de obras. (LEFEBVRE, 1969, p. 65).

Essas manifestações do espaço natural, seguindo Santos (1996), podem ser interpretadas como rugosidades, demarcações espaciais de um espaço natural espoliado, degradado e desfigurado. Essas rugosidades naturais muitas vezes encontram-se invisibilizadas (áreas verdes, orlas litorâneas e aquáticas), camufladas (áreas de lazer ou de esportes) ou degradadas (corpos d'água poluídos, transformados em esgoto, aterros sanitários, etc.). De todo modo, tais espaços naturais, apesar de transmutados e degradados, cabem ser considerados, por seu caráter primeiro original, como comuns. Porém, são comuns degradados, posto que são destituídos de possibilidades de uso e apropriação social, pois em virtude de sua descaracterização sequer são reconhecidos enquanto manifestações do espaço natural, ainda mais em meio ao espaço urbano.

Por conseguinte, ensaiamos identificar aqui, de forma tentativa, algumas possibilidades e potencialidades da interação natureza-urbano para a produção de um espaço diferencial equânime e democrático, tomando o cuidado de separar o joio do trigo. Posto que, em uma era marcada pelas preocupações ambientais, climáticas e proteção dos recursos naturais de flora e fauna, multiplicaram-se e diversificaram-se as estratégias empresariais e corporativas que associam o desenvolvimento econômico à responsabilidade socioambiental, à sustentabilidade, à resiliência e a outras noções ideológicas. Em consonância com essas preocupações, proliferaram exponencialmente iniciativas de esverdeamento, naturalização dos espaços urbanos e de recuperação de espaços naturais. Tais iniciativas, além de conferir um selo de responsabilidade social, igualmente, servem, para legitimar práticas espaciais hegemônicas que dilapidam e destroem em larga escala aquilo que se propõem a proteger. Entre essas iniciativas têm-se desde os selos verdes, os serviços ecossistêmicos, a qualificação ambiental (ISO 14000 e 14001) até iniciativas ditas insurgentes. Todos em uníssono com discursos e posturas ambientais ambíguos dispostos, ao menos em princípio, a resgatar e salvar a natureza, em paralelo, à sua exploração, dilapidação e mesmo aniquilação.

Nesse contexto, destacam-se, exatamente, as ações de caráter insurgente, muitas aparentemente espontâneas, muito embora com um certo grau de intencionalidade, com o propósito de tornar as cidades mais humanas, mais habitáveis e mais verdes. Essas estratégias compõem uma gama heterogênea de intervenções com diferentes atores, finalidades, amplitudes, graus de legalidade, de transgressão e de radicalismo, oscilando entre ações sancionadas, oficializadas e adotadas pelo poder público e pelo capital, a

ações de transgressão não-sancionadas, de afronta ao instituído e de subversão dos usos pré-existent, conforme se pode observar no espectro de ações insurgentes esboçado na Figura 1, diferenciadas segundo o seu grau de transgressão-sanção e pelos atores que congregam.

Figura 1. Espectro de Ações Insurgentes.



Fonte: elaborado, modificado e adaptado de Lydon et al. (2012) por Ester Limonad.

As ações do urbanismo tático (LYDON et al., 2012, 2015), inspiradas no ideário de Jaime Lerner, se apresentam como revolucionárias e transformadoras, em nome de um alardeado bem comum. Pecam, todavia, por não terem consciência do caráter ambivalente de suas intervenções, além de desconsiderar o poder relativo de suas ações e dos movimentos sociais para promover mudanças no status quo. Suas práticas, embora insurgentes, tendem a ser sancionadas e a receber apoio governamental, institucional ou mesmo corporativo. E, soem contribuir, por seu caráter reformista, para manter o status quo, para melhorar as condições de vida de grupos sociais afluentes e para desenvolver os pequenos negócios. Por conseguinte, acabam por criar condições para a gentrificação, valorização imobiliária, aumento dos aluguéis e, concomitantemente, contribuem decisivamente para a expulsão dos habitantes originais e para aprofundar a segregação socioespacial.

Ora, há de se considerar que, para superar a ruptura sociedade-natureza, pensar a relação entre o urbano e a natureza, na perspectiva de um urbano-natural, não significa, absolutamente, pensar a natureza como tábua de salvação do capitalismo. Mas, sim, de buscar meios de privilegiar e fortalecer movimentos e



grupos sociais que tenham por base a apropriação da natureza para o seu sustento material e simbólico, como parte de sua condição de existência.

Por conseguinte, é mister identificar experiências com potencial transformador pautadas em formas diversas e alternativas de resgate da natureza e de produção de um outro cotidiano. Entre essas experiências alternativas, que persistem e resistem aos avanços de diferentes capitais, incluem-se desde iniciativas que emanam de comunidades, de movimentos sociais, de grupos sociais (quilombolas, favelados, entre outros) organizados ou não com propostas alternativas de ação, que articulam suas práticas espaciais e estratégias de sobrevivência com a apropriação simbólica e/ou material da natureza, ou de rugosidades da natureza no espaço urbano, ou com persistências e permanências de elementos da natureza no espaço das cidades, com ou sem suporte de órgãos públicos, das quais listamos alguns casos a seguir; a ações diversas do urbanismo de guerrilha, das quais citamos alguns exemplos mais adiante, que contribuem de distintas maneiras para imprimir outros ritmos na vida social no urbano.

- A) Desde 2001 a consciência ambiental, resistência e mobilização social de diversos grupos organizados de Buenos Aires, Capital Federal, têm logrado êxito em impedir as tentativas dos capitais imobiliário e financeiro para articular a Reserva Ecológica Costanera Sur, com 350 hectares, aos empreendimentos imobiliários do Puerto Madero e da Ciudad Deportiva de la Boca, com 24 hectares. Movimentos sociais, apoiados por instituições profissionais e acadêmicas, argumentaram que esses espaços verdes estão bem sem ocupação humana. Após diversas audiências públicas, em 2021, esse projeto foi rejeitado devido a seu impacto ambiental e por contribuir para aumentar o preço dos imóveis. Essa reserva iniciou-se como um aterro sanitário, às margens do rio de La Plata, em 1978. Pouco a pouco, plantas nativas se desenvolveram aí, fornecendo refúgio e alimento para diversas espécies animais, que contribuíram para recuperar essa área degradada e abandonada. Em 1986, a área foi transformada em reserva ecológica oficial. A reserva conta com 350 hectares, entre o rio da La Plata e as bordas de uma vizinhança de baixa renda, na área central da cidade de Buenos Aires, contígua ao empreendimento do Puerto Madero e ao Campo do Boca Juniors (BRUNETTO, 2021, VERA, 2021).
- B) A experiência de autogestão da Comunidade Guararapes, no Rio de Janeiro, emergiu da articulação das práticas sociais dos moradores da comunidade com o projeto de educação ambiental do Parque Nacional da Tijuca. Desde 1978, a comunidade, junto com outros atores sociais, colabora e atua efetivamente na proteção das margens do rio Carioca e das áreas florestais vizinhas do Parque Nacional da Tijuca, promovendo a consciência comunitária ambiental e cidadã. Situada em meio a uma vertente florestada do maciço da Tijuca, no caminho para o Corcovado, no limite das florestas do Parque Nacional da Tijuca, atravessada pelo rio Carioca, a comunidade resistiu a várias tentativas de



remoção, entre 1930 e 1967, por parte do poder público e do proprietário de parte da área. Em 1967, após longa ação judicial, a Associação de Moradores adquiriu a propriedade do terreno de 3,4 hectares, sendo que as casas da comunidade somente podem ser negociadas com o aval da associação de moradores. O controle da propriedade legal e a negociação dos terrenos da comunidade pela Associação de Moradores têm protegido os moradores dos ímpetus de gentrificação e do capital imobiliário (ANFITRIÕES DO COSME VELHO, s.d.).

- C) A resistência ao avanço da urbanização industrial em várias cidades e metrópoles brasileiras, por parte de colônias urbanas de pescadores artesanais e marisqueiros. No estado do Rio de Janeiro, vários projetos foram desenvolvidos para apoiar essas colônias através do intercâmbio de conhecimentos, do incentivo à pesca sustentável, da adoção de princípios de economia solidária e do fortalecimento de organizações comunitárias, espaços de produção e comercialização para a pesca artesanal e a coleta de crustáceos e moluscos. Entre eles, destaca-se a “Maré Oriental Agitando os Territórios com troca de conhecimentos, gerando renda e sustentabilidade ambiental nas comunidades pesqueiras”, que recebe recursos do Termo de Ajuste de Conduta dos derramamentos de óleo na Bacia de Campos, entre 2011-12, coordenado pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos e Comunidades Tradicionais (CONFREM, s.d), que congrega cerca de 100.000 famílias em 18 estados brasileiros, com o suporte das Universidades Federais do Rio de Janeiro e do FUNBIO, entre outros.
- D) O programa Refloresta Rio, criado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 1986, contribuiu para transformar a paisagem da cidade, havendo treinado 15.000 trabalhadores locais, que até o presente, plantaram 10 milhões de mudas em 3.462 hectares das encostas de diversos morros da cidade do Rio de Janeiro, em especial, na vizinhança de comunidades faveladas. Os locais reflorestados incluem manguezais, *restingas* e encostas de montanhas ao redor de favelas. Ao longo do tempo, alguns locais foram abandonados devido ao desinteresse das comunidades locais ou a preocupações com a segurança ligadas à violência generalizada nas favelas do Rio. O projeto, e seu desenvolvimento em mais de trinta comunidades, sobreviveu a quase uma dúzia de administrações da prefeitura graças aos resultados atingidos e ao engajamento das comunidades envolvidas. E, tem contribuído para prevenir deslizamentos de terra, ocupação de áreas de risco e prevenção de incêndios nas encostas. A participação e engajamento das comunidades é essencial e o aprendizado das técnicas de manejo e recuperação ambiental adotadas no programa, torna-se um diferencial para a qualificação dos trabalhadores e o acesso ao emprego formal e atividades autônomas nesta área, sendo que os trabalhadores engajados no projeto recebem bolsas auxílio em torno de R\$ 1.000,00, que embora de reduzido valor, contribuem para a geração de renda e para a mitigação do desemprego (MALLERET, 2024, SEMA-RJ, 2024).



Além destas iniciativas de movimentos e grupos sociais, que persistem e resistem ao capital, por vezes amparadas pelo setor público, por universidades, organizações acadêmico-científicas e por organizações não governamentais, têm-se práticas insurgentes, de caráter subversivo, designadas de urbanismo de guerrilha. Enquanto muitas das práticas vinculadas às iniciativas de movimentos sociais já integram o cotidiano de diferentes grupos sociais, em especial, de grupos vulneráveis, as práticas do urbanismo de guerrilha são pontuais e efêmeras, com forte potencial disruptivo do status quo, e embora não alterem o cotidiano, descortinam possibilidades e perspectivas de ação.

As ações do urbanismo de guerrilha contrapõem-se às práticas de caráter reformista do urbanismo tático e às práticas usuais de planejamento e urbanismo. E se caracterizam por não serem sancionáveis, posto que se pautam por apresentar ingredientes que impedem sua adequação à ordem vigente ou incorporação institucional, por terem por meta colocar em evidência a desumanização do espaço social produzido como valor de uso e sua subsunção ao espaço abstrato do capital. Para tanto, suas ações se pautam por buscar subverter e desestabilizar o espaço público oficial para dar lugar a espaços públicos alternativos compartilhados e ressignificados, onde sejam possíveis outras interações, funções e formas de apropriação social (HOU, 2020). Suas práticas não demandam investimentos, nem infraestruturas e envolvem uma ampla gama de sujeitos sociais, que compreende desde ativistas, movimentos sociais, urbanistas, designers, associações comunitárias, grafiteiros, imigrantes, pais, planejadores, profissionais do sexo, invasores, estudantes, professores e agricultores urbanos, entre muitos outros, que com suas ações realizam mudanças nas paisagens urbanas hegemônicas.

Destacam-se entre suas ações, entre outras, com base em uma categorização de Hou (2010):

1. ações de **apropriação, que** contribuem para alterar, de forma temporária ou permanente, o espaço público oficial existente, ou mesmo terrenos abandonados e canteiros, entre outros, mediante seu aproveitamento para atividades de recreação, de socialização cotidiana e de agricultura e jardinagem urbana, introduzindo novos usos de ruas, calçadas, escadarias e terrenos baldios, entre outros (ALMEIDA; COSTA, 2021; HOU, 2010, 2020; LA VARRA, 2008; LIMONAD; BARBOSA, 2017, LIMONAD, 2022, 2024b; PERAN *et al.*, 2009; SILVA; MACIEL, 2021). Entre essas ações tem-se a criação de mini-jardins e mini-hortas com a instalação de cultivos de diferentes tipos, em pequenas nesgas de terra ou em torno de postes, totens, caixas de luz, pontos de parada de ônibus, entre outros mobiliários urbanos. A que se somam os bombardeios de sementes com o plantio aleatório de sementes de plantas nativas resistentes ao tráfego e a poluição, em torno de postes de luz, caixas de força e ao longo de muros em vias públicas.

2. ações de **retomada com** estratégias para aprimorar e diversificar o tecido urbano através da exploração de espaços abandonados, subutilizados e negligenciados para fins variados, como por exemplo a transformação de terrenos baldios para abrigos de sem teto, cooperativas de economia popular, projetos para jovens, entre outras coisas, ou ainda, a ocupação e transformação de imóveis abandonados para abrigar ocupações urbanas ou para atividades de cooperativas de economia popular. (D'OTTAVIANO, 2021, HOU, 2010, LA VARRA, 2008, PERAN *et al.*, 2009).

Por suas características informais, erráticas e, por vezes, de curta duração, as ações do urbanismo de guerrilha aproximam-se do que Colin Ward (2011) caracterizaria como urbanismo de autoajuda do tipo “faça você mesmo” (DIY), ou seja, um auto urbanismo, em que cidadãos, de forma isolada ou em grupos organizados, tomam a iniciativa de promover de forma ativa e concreta, por conta própria, mudanças pontuais e intervenções localizadas ressignificando os espaços públicos, ao invés de se sujeitarem aos canais regulamentares de participação limitada e planejada. Essas ações podem ser interpretadas como manifestações e afirmações de diferentes sujeitos sociais na esfera pública, como formas de resistência às imposições hegemônicas do Estado e do capital.

Consoante Hou (2010, 2020), esses espaços públicos alternativos resultantes são mais abertos e inclusivos por permitirem a múltiplos atores sociais se expressarem através de uma grande variedade de ações individuais e coletivas e por refletirem a capacidade dos cidadãos em se manifestar em relação a oportunidades nas condições urbanas existentes para mudanças radicais e cotidianas contra as forças dominantes na sociedade.

As intervenções do urbanismo de guerrilha contribuem para pluralizar e diversificar a esfera pública, bem como para produzir novos significados e relacionamentos (LA VARRA, 2008, PERAN *et al.*, 2009). A lista de ações de urbanismo de guerrilha é infindável e criativa.

Essas ações, desencadeadas em curtos intervalos de tempo, por iniciativas individuais, de grupos sociais ou movimentos sociais, frequentemente com participantes temporários, em “terras de ninguém” deixadas ao acaso, reescrevem pequenas parcelas, pontos do espaço público ao preenche-los, ainda que por vezes de forma efêmera, com práticas coletivas, encontros, eventos e realizações. A difusão e multiplicação dessas ações, ao se infiltrar aos poucos, tanto nos espaços públicos hegemônicos de forma passageira, quanto em espaços residuais intersticiais, em terrenos baldios abandonados ou em áreas que passaram despercebidas à intervenção urbana oficial de forma mais permanente, tendem a conformar, aqui e ali, uma tênue rede de espaços públicos alternativos compartilhados temporários, ressignificados e não-codificados.



Esses espaços públicos alternativos ressignificados são, por si só, uma crítica às estratégias e aos instrumentos convencionais que presidem as práticas consagradas de intervenção urbana. A ocupação de espaços públicos de forma temporária, mas repetida, confere a esses espaços outros significados e abre possibilidades para outras formas de sociabilidade, para encontros e trocas de grupos sociais específicos. (LAVARRA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do apontado até aqui, fica evidente que as iniciativas de ecologização, esverdeamento ou de introdução de elementos da natureza nas cidades, implementadas por um urbanismo dito progressista para melhorar a qualidade de vida na perspectiva do direito à cidade (IVESON, 2011; MARCUSE, 2009; MITCHELL, 2014) e da justiça espacial urbana (CARLOS; ALVES; PADUA, 2017; SOJA, 2009) sofreram reveses diversos em sua implementação.

Visto que, com o propósito de ampliar e melhorar a acessibilidade a natureza, em especial, aos grupos vulneráveis, aqueles que promovem as intervenções verdes, usualmente, tendem a:

- não ter consciência da existência de contradições, conflitos e relações desiguais de poder (FLYVBJERG 1998; RANDOLPH, 2007; STEHLIN; TARR, 2016; YIFTACHEL; HUXLEY 2000). E que suas ações, embora destinadas a um pretense bem-estar público, limitam-se a beneficiar grupos sociais mais afluentes, em detrimento, de grupos sociais vulneráveis que se sentem deslocados e constrangidos nesses espaços (CHEN *et al.*, 2021; DAVIS, 2009; LIMONAD, 2022, 2024b)
- não se aperceberem do caráter limitado de suas intervenções e do poder relativo dos movimentos sociais para resistir às pressões da gentrificação e pelo capital imobiliário em se apropriar desses espaços renovados (STEHLIN; TARR, 2016).
- Não perceberem que o paradigma verde contemporâneo tem servido de âncora de atração para grandes empreendimentos imobiliários voltados para grupos sociais mais afluentes (ANGUELOVSKI *et al.*, 2018), inclusive nas novas cidades verdes da China (CHEN, *et al.*, 2021).

Para Stehlin e Tarr (2016), a raiz do fracasso de diversas iniciativas orientadas pelo direito à cidade e justiça espacial não estaria em uma escolha equivocada dos locais, mas em não perceber como a escala local é produzida em relação a processos que ocorrem em outras escalas.

Processos participativos postulados pelo planejamento comunicativo e colaborativo (INNES; BOOHER, 2004; HEALEY, 1992, 2005; RANDOLPH, 2007), entre outros, embora tenham contribuído para pactuar e conciliar interesses diversos com o fim de esverdear e naturalizar os espaços públicos urbanos, igualmente



contribuíram para a gentrificação. Posto que, mesmo quando pactuadas socialmente, essas intervenções resultam em impactos desiguais (ANGUELOVSKI; CONNOLLY; BRAND, 2018).

Para Anguelovski *et al.* (2022), embora as intervenções orientadas por esse paradigma verde apresentem benefícios climáticos, de saúde e socioeconômicos, também contribuem para a gentrificação e expulsão daqueles que deveriam delas se beneficiar, gerando desigualdades espaciais que minam a equidade e a justiça climática. Entendem, assim, que seriam necessárias políticas inclusivas de acompanhamento antideslocamento, que poderiam, em conjunto, garantir a justiça espacial.

Logo, assim como outras práticas de planejamento, de cima para baixo, implementadas com ou sem apoio do governo, instituições ou empresas, a introdução de elementos da natureza no urbano seria mais um instrumento de mudança urbana, que contribui para alterar as condições do espaço de vida cotidiano, com todos os desdobramentos que costumam ocorrer com outras intervenções e investimentos urbanos de grande porte. Seria ingenuidade pressupor que, por tais intervenções verdes serem resultantes de soluções pactuadas entre diferentes capitais e grupos sociais, com vistas a ampliar e democratizar o acesso à natureza de grupos desfavorecidos e vulneráveis, os capitais imobiliário e financeiro se absteriam de atuar nesses espaços. Pelo contrário, seja por mecanismos de expulsão branca (aumento das taxas municipais, mudanças na regulação do uso e ocupação do solo e restrições urbanísticas, entre outras), ou pela pressão direta do capital imobiliário, ou de outros grupos sociais com maior renda, a gentrificação e as mudanças de uso e ocupação do solo tendem a se acelerar.

Consoante Limonad (2022, 2024b) o mesmo problema se observa em relação às modificações introduzidas por ações do urbanismo tático, propugnadas por Lydon e Garcia (2015), inspiradas nas lições de Jaime Lerner, de baixo para cima, uma vez que estas são muitas vezes implementadas com apoio e sanção de instituições, empresas e organizações não-governamentais com a participação de membros da sociedade civil e moradores. Prevalece nessas ações uma dinâmica de poder desigual, posto que são oferecidas fórmulas e soluções-padrão, que não só contribuem para limitar as possibilidades de diálogo e de participação, como igualmente propiciam a gentrificação, limitam o acesso aos grupos sociais mais vulneráveis. Seus resultados contribuem mais para a melhoria dos pequenos e médios negócios locais do que para a permanência da população local originária.

Logo, muitas dessas intervenções verdes contribuem, a despeito de suas intenções originais, para reforçar a mercantilização da cidade, para a especulação imobiliária e mesmo para a gentrificação urbana, contribuindo para que se passe do consumo na cidade para o consumo da cidade (LEFEBVRE, 1969), com a sua transformação em negócio (CARLOS, 2015).

Entretanto, apesar dessas intervenções nem sempre trazerem benefícios para todos, é impossível não os demandar em bairros e comunidades em situação de vulnerabilidade. Pois, isso apenas favoreceria a concentração de investimentos em áreas mais ricas e intensificaria as desigualdades socioespaciais, através da alienação ou restrição do acesso desses grupos vulneráveis à natureza. O que nos devolve à questão do início, de como esverdear os espaços urbanos, aumentar o contato com a natureza e, ao mesmo tempo, preservar e manter os grupos sociais vulneráveis nessas áreas, para que possam usufruir dos benefícios dessas intervenções.

Torna-se evidente, a partir dos diversos estudos conduzidos (ANGUELOVSKI *et al.*, 2022; CHEN *et al.*, 2021; STEHLIN e TARR, 2016, entre outros), que a institucionalização (urbanismo tático), a escala e a regulação (político-administrativa) comprometem as iniciativas alternativas de esverdeamento.

As experiências do urbanismo tático, alardeadas por seus defensores como expressões legítimas da vitalidade urbana, mostram que a gestão, institucionalização e sanção de suas intervenções alternativas acabam por melhorar o ambiente de negócios, bem como geram efeitos contraditórios e opostos ao que se propunha, contribuindo para a gentrificação e expulsão dos grupos sociais vulneráveis.

A escala dos projetos verdes é um fator diferencial para a promoção imobiliária, seja pela gentrificação, seja pela valorização imobiliária que a criação de espaços verdes extensos, embelezados e com equipamentos de lazer promove. Isso resulta na expulsão de grupos vulneráveis, que não se identificam, se sentem indesejados, ou não pertencentes a esses tipos de parques (DAVIS, 2009; LIMONAD, 2022; PEARSALL; ELLER, 2020).

A introdução de medidas político-administrativas de regulação tendem a ter efeitos limitados. No caso do Brasil, entre as formas possíveis para proteger os grupos vulneráveis em seu acesso às melhorias estaria a adoção de normativas especiais, como a implementação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), ou ainda de outras regulações urbanísticas impeditivas, ou mediante taxas e impostos destinados à captura de valor. Porém, essas medidas de cunho político-administrativo, embora se mostrem eficazes no curto prazo, possuem um poder relativo de manutenção das melhorias, posto que mudanças de zoneamento voltadas para a densificação de áreas urbanas podem atuar em outro sentido e dar uma vida breve às mudanças introduzidas.

Enfim, aparentemente, as possibilidades de garantir o acesso à natureza nos espaços urbanos, de criação de uma outra relação urbano-natureza, estariam:

- na resistência e resiliência daquelas iniciativas de grupos sociais e de comunidades, com ou sem o suporte do poder público, em espaços urbanos desinteressantes ou fora do alcance dos capitais



imobiliário e financeiro, haja vista a experiência do Refloresta Rio, entre outras assinaladas, prevacente há mais de trinta anos na cidade do Rio de Janeiro.

- em intervenções em pequena escala, com a produção de pequenos espaços verdes em áreas de baixa-renda densamente povoadas. Primeiro, pela dificuldade desses pequenos espaços verdes se constituírem em elementos focais para a promoção imobiliária, em comparação a implantação de grandes infraestruturas verdes mais atraentes e vantajosas para empreendimentos financeiro-imobiliários (SCHAUMAN; SALISBURY, 1998; CHEN *et al.*, 2021). Segundo, pela diversidade de ocupação e fragmentação da propriedade. Às quais se somam as intervenções localizadas não sancionáveis, como as do urbanismo de guerrilha, que podem igualmente contribuir para gerar pequenos espaços verdes, em localizações estratégicas.

Em seu conjunto, as iniciativas de comunidades, movimentos sociais e do urbanismo de guerrilha não só contribuem para melhorar o acesso, facilitar o contato com a natureza e distribuir os benefícios do verde, mas igualmente para alterar práticas espaciais no cotidiano dos grupos sociais envolvidos. Tais práticas espaciais permitem que os cidadãos passem de receptores passivos para participantes ativos na construção da cidade e de uma outra relação sociedade-natureza.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. A. O.; COSTA, H. Planejamento territorial e agricultura urbana entre o direito à cidade e os conflitos ambientais. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (Org.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e práticas alternativas**. vol. 2. São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 159-182. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fk74Sg6wskU-pcbi3Lcbek88f7IHZqhn/view?usp=sharing> Acessado em 14.10.2024.
- ANFITRIÕES DO COSME VELHO. **Comunidade Guararapes**. Disponível em: <https://anfitrioesdocosmevelho.loguei.com/comunidade-guararapes> Acessado em 14.10.2024.
- ANGUELOVSKI, I. *et al.* Green gentrification in European and North American cities. **Nature Communications**, v. 13, 3816, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-022-31572-1> Acessado em 14.10.2024.
- ANGUELOVSKI, I.; CONNOLLY, J.; BRAND, A. L. From landscapes of utopia to the margins of the green urban life: For whom is the new green city? **City**, v. 22, n.3, p. 417–436, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2018.1473126> Acessado em 14.10.2024.
- BLOCH, E. **El Principio Esperanza**. Madrid: Trotta, 2004.
- BRUNETTO, S. Costanera Sur: terminó la audiencia pública con un fuerte rechazo a las torres. **Página 12**, 9 nov 2021. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/380569-costanera-sur-termino-la-audiencia-publica-con-un-fuerte-rec> Acessado em 14.10.2024.
- CARLOS, A.F.A. A reprodução da cidade como negócio. In: Carlos, A. F. A.; Carreras, C. (Org.). **Urbanização e Mundialização**. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p. 29-37.
- CARLOS, A.F.A. A virada espacial. **Mercator** (Fortaleza), v. 14, n. especial, p. 4-16, Dez 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0001> Acessado em 14.10.2024.
- CARLOS, A.F.A.; ALVES, G. A.; PADUA, R. F. de (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 190p.



- CHEN, Y. *et al.* Can smaller parks limit green gentrification? Insights from Hangzhou, China, **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 59, p. 1-19, 2021, 127009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127009> Acessado em 14.10.2024.
- CLARK, F. Nineteenth-Century Public Parks from 1830. *Garden History*, v. 1, n. 3 (Summer, 1973), pp. 31-41 Published by: Garden History Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1586332> Acessado em 14.10.2024.
- CONFREM. **Comissão nacional para o fortalecimento das reservas extrativistas e dos povos extrativistas costeiros marinhos.** Disponível em: <https://confrem.wordpress.com> Acessado em 14.10.2024.
- D'OTTAVIANO, C. Moradia, emergência e resistência. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J.C.; MANSILLA, P. (org.). **Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas.** São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 100-130. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fK74Sg6wskU-pcbi3Lcbek88f7lHqhn/view?usp=sharing> Acessado em 14.10.2024.
- DAVIS, M. **Cidade de Quartz.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- DESFOR, G.; KEIL, R. **Nature and the City: Making Environmental Policy in Toronto and Los Angeles.** Tucson: University of Arizona, 2004.
- FLYVBJERG, B. **Rationality and Power: Democracy in Practice.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- GARNIER, T. **Une Cité industrielle**, étude pour la construction des villes. Paris, 1917. Réédition 1932 et 1988. Disponível em: https://www.citedelarchitecture.fr/sites/default/files/documents/2017-09/fo_citeindustrielle_def.pdf Acessado em 14.10.2024.
- GEDDES, P. **Cities in Evolution: an introduction to the town planning movement.** London: Williams, 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/citiesinevolutio00gedduoft/page/38> Acessado em 14.10.2024.
- HARVEY, David. **Justice, nature & the geography of difference.** Oxford: Blackwell, 1996.
- HEALEY, P. **Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies.** London: Palgrave Macmillan, 2005.
- HEALEY, P. Planning Through Debate: The Communicative Turn in Planning Theory. **Town Planning Review**, v. 63, n. 2, p. 143- 162, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40113141> Acessado em 14.10.2024.
- HEYENEN, N.; KAIKA, M; SWYNGEDOUW, E. (eds.) **In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism.** New York: Routledge 2006.
- HOU, Jeffrey. "Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance". **Urban Design International**, 25, pp.117–125, 2020. <https://doi.org/10.1057/s41289-020-00118-6>
- HOU, Jeffrey. (Not) your everyday space. In: HOU, Jeffrey (ed.) **Insurgent Public Spaces: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.** London | New York: Routledge. 2010, p. 1-17. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338251762_Insurgent_Public_Space_Guerrilla_Urbanism_and_the_Remaking_of_Contemporary_Cities Acessado em 14.10.2024.
- HOWARD, E. **Cities of To-morrow.** London: Swan Sonnenschein & Co., Ltd., 1902 1ª edição publicada em 1898. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/46134> Acessado em 14.10.2024.
- INNES, J. E.; BOOHER, D. E. "Reframing Public Participation: Strategies for the 21st Century." **Planning Theory & Practice**, v. 5, n.4, p. 419–436, 2004. <https://doi.org/10.1080/1464935042000293170>
- IVESON, K. Social or Spatial Justice? Marcuse and Soja on the Right to the City. **City**, v. 15, n. 2, p. 250–259, 2011. https://ui.adsabs.harvard.edu/link_gateway/2011City...15..250I/doi:10.1080/13604813.2011.568723
- KAIKA, M. **City of flows: modernity, nature, and the city.** New York: Routledge, 2005.
- KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. Radical urban political-ecological imaginaries. Planetary urbanization and politicizing nature. **Eurozine**, 2014.
- KEIL, R. *et al.* (ed.) **Political Ecology: Global and Local.** London: Routledge, 1998.
- KEIL, R.; GRAHAM, J. Reasserting nature: Constructing urban environments after Fordism. In: BRAUN, B.; CASTREE, N. (Eds.) **Remaking Reality: Nature at the Millennium.** London: Routledge, 1998. p. 100–125.



La VARRA, G. **Post-it city: The Other European Public Spaces**, 2008. Disponível em http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/lavarratext.html Acessado em 14.10.2024.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. London: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMONAD, E. Contra o Urbanismo Inóspito. Desconstruindo o Porto Maravilha. **AR@CNE**, v. 26, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/39293> Acessado em 14.10.2024.

LIMONAD, E. E agora, José? A quem pertence a cidade? Pela revolução caraíba em favor do humano. In: VOLOCHKO, D. ; PRIZON, L. P. (Org.). **Geografia Urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora**. 1ed. Presidente Prudente: Appris, 2024a, v. 1, p. 361-385.

LIMONAD, E. **Intervenções Insurgentes: entre a contravenção e a subversão**. In: COSTA, G. M.; COSTA, H.; VELLOSO, R.; MONTE-MÓR, R.L. (Org.). **Teoria e práticas urbanas: caminhos**. 1ed. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024b, v. 2, p. 560-579.

LIMONAD, E. Navegar é preciso, viver não é preciso, o que é necessário é criar: Da geopolítica urbana latino-americana aos comuns urbanos, alguns apontamentos. In: BARROS, A.M.L.; ZANOTELLI, C.L.; ALBANI, V. (org.). **Geografia urbana: cidades, revoluções e injustiças entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, v. 1, p. 445-464.

LIMONAD, E. Por uma outra sustentabilidade: um diálogo entre Lefebvre e o pensamento decolonial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, 2021, e70787. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/70787> Acessado em 14.10.2024.

LIMONAD, E. Que diabos está havendo? Algumas breves considerações sobre a neoliberalização do espaço social. In: CASTRO, E. (Org.). **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2019, v. 1, p. 225-252.

LIMONAD, E. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da hidra de Lerna. In: Bencha, N.; Zaar, M.H.; Vasconcelos P. Jr, M. (Org.). **Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. 1ed. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, v. 1, p. 1-19. Disponível em <https://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EsterLimonad.pdf> Acessado em 14.10.2024.

LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. Why do'nt we do it in the road? (Por qué não fazemos na rua?) **Biblio3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 22, n. 1.197, 25 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1197.pdf> Acessado em 14.10.2024.

LIMONAD, E.; MONTE-MOR, R.L. Utopias Urbanas desde o Giro Decolonial. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 26, e-189578, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/189578> Acessado em 14.10.2024.

LYDON, M. *et al.* **Tactical Urbanism: Short-Term Actions for Long-term Change**. vol. 2 The Street Plans Collaborative, NextGen, 2012. Disponível em: <http://tacticalurbanismguide.com/guides/tactical-urbanism-volume-2/> Acessado em 14.10.2024.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-Term Actions for Long-term Change**. Washington, DC: Island Press, 2015.

MALLERET, C. I think, boy, I'm a part of all this': how local heroes reforested Rio's green heart. **The Guardian**, 10.out.2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2024/oct/10/i-think-boy-im-a-part-of-all-this-how-local-heroes-reforested-rios-green-heart?CMP=Share_iOSApp_Other Acessado em 14.10.2024.

MARCUSE, P. From Critical Urban Theory to the Right to the City. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 185-197, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1080/13604810902982177> Acessado em 14.10.2024.

MITCHELL, Don. 2014. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford.

MONTE-MOR, R.L.; LIMONAD, E. Towards the urban-natural: Notes on urban utopias from the decolonial turn. In: KAIKA, M. *et al.* (eds.). **Turning up the heat: Urban political ecology for a climate emergency**. 1ed. Manchester: Manchester University Press, 2023, v. 1, p. 67-90. Disponível em: <https://doi.org/10.7765/9781526168016> Acessado em 14.10.2024.

PEARSALL, H.; ELLER, J. K. Locating the green space paradox: a study of gentrification and public green space accessibility in Philadelphia, Pennsylvania. **Landscape and Urban Planning**, n.195, 2020, 103708. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2019.103708> Acessado em 14.10.2024.

PERAN, M. *et al.* **Post-it City: Ciudades ocasionales / Cidades ocasionais / Occasional Urbanities**. Barcelona: Turner, 2009. 272 p.



RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. **Actas del IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm> Acessado em 14.10.2024.

ROBINSON, C.M. Planning for City Beauty. **Municipal Journal and Engineer**, n. 21, p. 230-231, September 5, 1906. Disponível em: http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/robin_04.htm Acessado em 14.10.2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHAUMAN, S.; SALISBURY, S. Restoring nature in the city: Puget Sound experiences, **Landscape and Urban Planning**, v. 42, n. 2–4, p. 287-295, 1998. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(98\)00093-0](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(98)00093-0) Acessado em 14.10.2024.

SEMA-RJ. **Refloresta Rio**. Programa de Reflorestamento do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/7afa6040cd4e46b48720e280b7238434/> Acessado em 14.10.2024.

SILVA, F.F.A.; MACIEL, L. “Decolonizando” o planejamento: a experiência dos conflitos urbanos em cidades latino-americanas. In LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (orgs.). **Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas**. São Paulo: Max Limonad, 2021. p. 185-219. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fK74Sg6wskU-pcbi3Lcbek88f7lHZqhn/view?usp=sharing> Acessado em 14.10.2024.

SOJA, E. The city and spatial justice. **Justice spatiale | spatial justice**, n. 1, sept, 2009. Disponível em: <https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf> Acessado em 14.10.2024.

STEHLIN, J. G.; TARR, A. R. Think regionally, act locally?: gardening, cycling, and the horizon of urban spatial politics. **Urban Geography**, v. 38, n. 9, p. 1329–1351, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1232464> Acessado em 14.10.2024.

SWYNGEDOUW, E. The city as a hybrid: On nature, society and cyborg urbanization. **Capitalism Nature Socialism**, v.7, n. 2, p. 65–80, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455759609358679> Acessado em 14.10.2024.

VERA, H. Mayoría en audiencia pública rechaza construcción de torres de IRSA en Costanera Sur de Buenos Aires. **Safras News**, 9 nov 2021. Disponível em: <https://www.agenciacma.com.br/esp/mayoria-en-audiencia-publica-rechaza-construccion-de-torres-de-irsa-en-costanera-sur-de-buenos-aires/> Acessado em 14.10.2024.

WARD, Colin. The Do-It-Yourself New Town. In WHITE, Damian F.; WILBERT, Chris. (ed.) **Autonomy, Solidarity, Possibility: The Colin Ward Reader**. London: AK Press, 2011, p. 71-84. Disponível em: <https://files.libcom.org/files/Colin-Ward-reader.pdf> Acessado em 14.10.2024.

YIFTACHEL, O.; HUXLEY, M. Debating Dominance and Relevance: Notes on the ‘Communicative Turn’ in Planning Theory. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 24, p. 907–913. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00286> Acessado em 14.10.2024.